

ATAS

ACTA NÚMERO 139

Aos dezoito dias do mês de Abril de 2022, pelas 19h00, através da plataforma Zoom, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby, regularmente convocada para o efeito, nos termos do disposto do nº.1, do artigo 20º, dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício 2021.
2. Apreciar, discutir e deliberar sobre as alterações e nova redução dos artigos 8º, 19º e 42º dos Estatutos da FPR, por proposta da Direcção, adequando os mesmos ao imposto pelo IPDJ no procedimento de renovação do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva e atribuir ao Senhor Presidente da Direcção todos os necessários poderes para que este proceda, em representação da FPR, à formalização destas alterações, nomeadamente por escritura pública.
3. Diversos.

A Mesa da Assembleia Geral (MAG) foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Arantes Fontes e pelo Secretário, Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente da Assembleia (PMAG) constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do nº. 4 do artigo 20º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória. Às 19,30 horas o Presidente da Mesa da Assembleia Geral iniciou os trabalhos.

Às 19,30 horas encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças:

António Gordo e Pedro Tomás (Belas), Joaquim Meirelles, Tito Barros Caldeira e Miguel Rodrigues (CDUL), Miguel Teixeira e Paulo Vicente (São Miguel), Rodrigo Alves e Felipe Grenho (Benfica), António Ferreira Marques (Caldas), Jorge Costa Santos (Rugby do Porto), Bernardo Marques, Manuel Antão e Pedro Meireles (CDUP), Carlos Leite (Académica), Pedro Aguilar e Miguel Corais (Braga), Tito Arantes Fontes (Sporting), José Carlos Martins (Moita), Luis Felipe Lança Morais e Pedro Fragoso Mendes (Direito), Pedro Lucas (Técnico) e Alcino Silva (CRRC).

Encontravam-se igualmente presentes o Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva, e os Vice-Presidentes (VP) da Direcção, Luis Sarmiento, Ricardo Nunes, Francisco Martins e Francisco Goes.



Encontrava-se também presente Carlos Leite, do Conselho de Arbitragem, Noel Cardoso, do Conselho de Disciplina, Nuno Salvador, Director de Competições e o Secretário-geral da FPR, Mário Costa.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos Estatutários, o PMAG saudou todos os delegados e deu início à discussão da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 19.30 horas, passando a palavra ao Presidente da FPR.

Carlos Amado da Silva, Presidente da FPR, saudou a AG e disse que, infelizmente, ainda não foi possível concluir uma época em condições normais, marcada que foi, mais uma vez, por uma instabilidade e incertezas incontroláveis que teimam em não permitir que a Direção disponha das condições mínimas exigíveis para que possa cumprir o Plano e o Orçamento como desejaria.

Todavia, apesar dos constrangimentos de todos conhecidos, se a actividade nacional foi prejudicada, designadamente nos escalões etários inferiores, a verdade é que a actividade internacional decorreu quase normalmente com a realização de todas as Competições Europeias previstas, quer femininas quer masculinas, salientando o Europeu de Sub 20 e a Etapa de Sevens ambas realizadas em Portugal.

O Rugby feminino teve mesmo um aumento de actividade, com realce para a vitória sobre a Bélgica, no Trophy de XV, depois de uma ausência prolongada nesta competição.

A Seleção Nacional de XV, para além da presença na Championship, disputou outros jogos, nomeadamente com o Canadá (conseguindo a primeira vitória da nossa história) e um memorável encontro com o Japão, em Coimbra.

De realçar, ainda, a presença de "Os Lusitanos" na Super Cup Europeia, integrando um Grupo com franquias da Espanha, Bélgica e Holanda.

A Área do Desenvolvimento voltou a ser prejudicada pela dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de participação das equipas dos escalões mais jovens, sem esquecer a proibição do acesso às escolas e Clubes com o prejuízo agravado pela igual situação do ano anterior.

A Arbitragem com as dificuldades próprias de baixo recrutamento, mantendo um grupo insuficiente, mas muito dedicado e disponível de árbitros apenas "resistiu" pela redução importante do número de jogos em que a sua presença se justificava.

A formação "à distância", com dificuldade, conseguiu cumprir minimamente os objectivos propostos, também eles condicionados à situação calamitosa enquadradora.

Com uma intensa actividade, a RugbyTv, directa ou indirectamente, esteve presente em todas as Competições, tendo aumentado a produção de outros conteúdos quer em estúdio, quer fora dele, cumprindo os seus desígnios com custos financeiros que pretendem justificar os benefícios desportivos e sociais conexos.

ATAS

Para suportar financeiramente toda esta actividade, a FPR não conseguiu aumentar de forma significativa as suas receitas que se situaram ao nível do ano anterior, num ano ainda marcado pela pandemia que obrigou a custos adicionais muito significativos, quer com a testagem, quer com a vacinação de atletas e “staffs” envolvidos, num contexto muito exigente por força dos protocolos específicos das competições onde nos apresentámos.

A preparação de todas as equipas nacionais, mas mais significativamente da de XV, face ao aumento brutal do preço das transportadoras aéreas e dos hotéis, dificultou em muito a tesouraria da FPR, apesar de um apoio complementar da World Rugby que longe dos valores do passado permitiu atenuar o aumento dos encargos decorrentes da participação dos “Lusitanos” na Super Cup Europeia, com o sucesso que foi unanimemente reconhecido.

As dificuldades sentidas pela generalidade das Federações Desportivas foi a razão que levou o Governo da República a criar uma Linha de Crédito de médio/longo prazo por forma a permitir enfrentar um endividamento inevitável das mesmas, face ao aumento de custos e perdas de receitas, assumindo as responsabilidades das garantias através do Banco do Fomento.

Cada Federação poderia contrair um empréstimo num montante até 115% do valor do apoio médio do IPDJ nos últimos quatro anos.

Atenta às actuais dificuldades a Direção aguarda a aprovação por parte do Governo/Banco do Fomento/Lisgarante da garantia de um empréstimo no valor de quinhentos mil euros, já aprovado pelo Banco Santander, nosso patrocinador.

Lembrou ainda que quando esta Direção tomou posse haviam dívidas de curto prazo muito importantes, que foram negociadas e que a FPR está a pagar mediante acordos celebrados com os credores.

Apesar de todas estas dificuldades, que justificariam por si o resultado negativo deste exercício, chama-se a atenção para o facto – conforme referido no Relatório – de que a dívida acumulada das Câmaras de Coimbra e de Lisboa anulariam/anulam esse resultado, o que por uma questão de transparência não se pretendeu fazer, sendo certo que estamos convencidos de que ambas as Autarquias, que nas últimas eleições mudaram de Executivo, não deixarão de honrar os compromissos dos seus “ antecessores”, sem necessidade da FPR ter de recorrer a outros meios legais ao seu dispor.

Independentemente de Portugal ainda se conseguir apurar para o Mundial de França, em 2023, ou para o Mundial de Sevens, na África do Sul, ainda este ano, a World Rugby já reconheceu o trabalho feito recolocando-nos no Grupo dos Países com estatuto de Alto Rendimento o que significa maior apoio financeiro, já sentido, de resto, neste ano de 2022.

Um agradecimento muito especial é devido a todos os Presidentes e a todos os Clubes pela compreensão e pelo apoio que têm dado nos bons e nos menos bons momentos desta caminhada difícil em que juntos temos conseguido reerguer o rugby nacional.



Estamos conscientes do muito que ainda há para fazer, mas certos de que este é o caminho e que, sem dúvida, o Rugby português recuperou o respeito e o estatuto de que era merecedor.

Esperamos que os senhores Delegados continuem a confiar nesta Direção que não se escusará, com trabalho e total disponibilidade, a seguir o caminho de sucesso que todos tanto desejamos.

Tito Arantes Fontes pediu, nesta altura, autorização à AG para que a sessão fosse gravada, como vem sucedendo desde o seu início para efeitos de elaboração da acta e arquivo, tendo essa autorização sido aprovada por unanimidade dos delegados presentes.

De seguida passou a palavra ao VP Luis Sarmiento que referiu que passou a ser exigido que todas as receitas passassem a ser suportadas por contratos e que pelos motivos apresentados pelo Presidente da FPR isso ainda não foi feito com as Câmaras Municipais de Coimbra e Lisboa, apesar de tudo estar suportado por troca de emails entre as instituições. Esclareceu ainda que os aumentos substanciais causados pelas exigências sanitárias (testes, vacinas, hotéis e viagens) devidas à situação pandémica não permitiram à FPR apresentar um resultado equilibrado.

Carlos Amado da Silva tranquilizou a AG quanto à futura regularização das dívidas, reiterando que as dívidas advêm dos encargos pesados referentes às obrigações sanitárias por força da pandemia e salientou ainda a excelente prestação dos Lusitanos que com enorme mérito derrotaram uma equipa profissional que há pouco tempo se tinha reforçado com jogadores de nível mundial. Frisou ainda que está em curso um processo na World Rugby pela utilização irregular de um jogador por parte da Espanha e que isso poderá permitir ainda a Portugal participar no torneio de repescagem para o Mundial. Mais salientou que a FPR propôs a realização de um torneio triangular entre Portugal, Espanha e Roménia para decidir no campo desportivo o apuramento para o Mundial, ideia que não foi aceite. Agradeceu a colaboração de todos os clubes e lamentou a pouca divulgação nos meios de comunicação social das notícias sobre o Rugby.

Não havendo mais quem desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa da AG pôs o Ponto 1 à votação da AG, que o aprovou por unanimidade.

Passando ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, Tito Arantes Fontes deu a palavra ao Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva, que referiu que logo que tomou posse nomeou uma comissão para rever os Estatutos, mas que a mesma, por força da pandemia, acabou por ainda não ter finalizado o trabalho e que estas alterações agora exigidas pelo IPDJ não são específicas para o Rugby, mas para o desporto nacional, corrigindo algumas injustiças.

ATAS

Tito Arantes Fontes fez, em seguida, menção ao ofício do IPDJ que define as alterações que têm de ser introduzidas nos Estatutos da FPR e propôs a votação ponto a ponto.

Relativamente ao artigo 8º esclareceu a AG que a alteração incidia somente sobre o ponto 2 do referido artigo passando a redação do mesmo a ser a seguinte:

“Nas publicações a que se referem as alíneas b), g) e h) do número anterior, deve ser observado o regime legal de proteção de dados pessoais.”

Não havendo quem desejasse usar da palavra foi o mesmo posto à votação e aprovado por unanimidade.

Logo após, foi posta à discussão a alínea a) do artigo 19º que anula a possibilidade de a AG poder destituir a Direcção, mantendo a possibilidade de destituir todos os restantes órgãos sociais.

Pedro Fragoso Mendes (Direito) propôs que se articulasse o artigo 19º com o 42º dos Estatutos e sugeriu que o Presidente da FPR intervenha urgentemente junto do IPDJ para rever o regime jurídico do Rugby, que - tal como sucede com outras modalidades - está subordinado a um regime jurídico elaborado para o futebol. Mais manifestou a sua disponibilidade para acompanhar o Presidente da FPR nestas diligências.

Tito Arantes Fontes concordou com a proposta de Pedro Fragoso Mendes, enfatizando que a legislação em causa foi feita pelo futebol e para o futebol, devendo existir um movimento das diversas modalidades para pressionarem a mudança do regime jurídico, adaptando o mesmo às suas realidades. Em seguida passou a palavra a Carlos Amado da Silva que referiu que, desde a sua primeira presidência, tem manifestado essa posição, mas que ficou isolado na sua pretensão. Informou que tem agendada uma reunião com o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto para o próximo dia 21 de Abril para falar sobre esta matéria. Referiu ainda que espera que até ao final do ano o grupo constituído para rever os Estatutos, formado por Pedro Sousa Ribeiro, Pedro Fragoso Mendes e Rodrigo Alves apresente a sua primeira versão dos novos estatutos e está convicto que conseguirá desta vez e com a colaboração do COP juntar as outras modalidades para fazer um movimento unitário para pressionar o poder político.

O PMAG passou a palavra a Miguel Teixeira (São Miguel), que referiu que o facto de a Secretaria de Estado do Desporto estar agora sobre a tutela da Ministra dos Assuntos Parlamentares parece possibilitar a existência de condições para que se consiga rever o regime jurídico em questão.

Tito Arantes Fontes, de acordo com a sugestão de Pedro Fragoso Mendes, esclareceu a AG que se analisariam e conjugariam os artigos 19ª e 42ª.

O Presidente da Mesa informou a AG que tinha uma mensagem, através da plataforma zoom, do Delegado do Belenenses, Pedro Varela, que entrou na AG depois da discussão e votação do Ponto 1 dizendo que teria de se ausentar da reunião e que pretendia delegar no PMAG o seu voto contra as contas, por as mesmas só terem sido entregues no dia anterior à realização da Assembleia, sobretudo quando a FPR fica com fundos patrimoniais negativos. O PMAG informou a AG que não podia reabrir um ponto já discutido e votado.

Pedro Fragoso Mendes disse que face a esta obrigação do IPDJ, caso se verifique a demissão/exoneração do Presidente aplica-se o ponto 5 do artigo 42º, isto é a eleição do novo presidente tem de se realizar no prazo de 30 dias.

Tito Arantes Fontes disse que esta é uma alteração cirúrgica imposta pelo IPDJ mas que urge fazer uma reestruturação harmónica dos Estatutos da FPR.

Posto à votação, foi aprovada por unanimidade a alteração da alínea a) do ponto 1 do artigo 19º que passou a ter a seguinte redação: "a) Eleger e destituir a mesa da Assembleia Geral e os outros órgãos sociais, com exceção quanto à sua destituição da Direção, e ratificar os respetivos membros cooptados;".

Quanto ao ponto 3 do artigo 42º, Tito Arantes Fontes referiu que a cessação de funções do Presidente não implica a cessação de funções da Direção, que assume os destinos da Federação em vez da comissão administrativa anteriormente prevista.

Posto à votação, o ponto 3 do artigo 42º foi aprovado por unanimidade, tendo passado a ter a seguinte redação: "Ponto 3. A renúncia, demissão ou exoneração do Presidente implica a imediata cessação das suas funções.".

Tito Arantes Fontes pôs à votação a delegação de poderes ao Presidente da FPR para outorgar a escritura notarial para registo das alterações agora aprovadas, o que foi também aprovado por unanimidade.

Passando ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, Tito Arantes Fontes passou a palavra ao Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva, que esclareceu de modo mais detalhado que a eventual penalização da Espanha por suposta utilização irregular de um jogador pode permitir a Portugal jogar o Torneio de Repescagem para o Mundial. Apesar de não ser uma situação do agrado da FPR, o protesto foi feito pela Roménia, mas por não ter sido aceite a nossa proposta para a realização de um torneio triangular

ATAS

entre Portugal, Espanha e Roménia para que este assunto fosse resolvido no campo desportivo e porque a Espanha é reincidente nesta irregularidade, se a Espanha não vier a ser penalizada a FPR irá recorrer a todas as instâncias. Relativamente a processos que estão a decorrer em Portugal, Carlos Amado da Silva lembrou que há independência entre os diversos órgãos da FPR, mas apelou à urgência em resolver questões que estejam pendentes, para não tornar impossível a gestão do calendário desportivo e assim prejudicar as competições nacionais. Referiu ainda as 2 etapas do Torneio Europeu de Sevens, a hipótese de Portugal realizar um jogo com a Itália e a eventual participação no referido torneio de repescagem. Aproveitou a ocasião para salientar que, apesar de todas as limitações criadas pela pandemia, regista-se o maior número de inscrições de sempre de atletas femininos e que está também a aumentar o número de inscritos masculinos.

De seguida o PMAG passou a palavra ao delegado do São Miguel, Miguel Teixeira, que abordou de novo o tema do Conselho de Arbitragem, lendo a carta de demissão enviada para a FPR e para todos os clubes pelo Presidente do CA, questionando a AG de como se iria resolver este problema.

Tito Arantes Fontes informou que nunca recebeu nem foi enviado para o seu email nenhuma comunicação do Presidente do Conselho de Arbitragem e que solicitou um parecer aos serviços jurídicos da FPR para apurar o que aconteceu, do qual dará conhecimento posterior à AG.

Miguel Teixeira salientou que nunca pretendeu pôr em causa o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, mas que a sua intervenção é no sentido de perceber o que se passou pois as regras devem ser cumpridas.

Ricardo Nunes, Vice-Presidente da FPR, pediu a palavra para afirmar que a FPR tem feito um enorme esforço nestes anos conturbados para que as competições decorram dentro da normalidade. O protesto que Carlos Amado da Silva referiu põe em causa 3 clubes no play-off que vai ter lugar no próximo sábado, a FPR convocou uma reunião com os clubes da Divisão de Honra para avaliarem todos os cenários e para que essa reunião seja o mais produtiva possível e solicitou ao Presidente do Conselho de Disciplina, Noel Cardoso, que dê uma estimativa à AG sobre quando tomam a decisão sobre este processo.

Carlos Amado da Silva manifestou a sua preocupação por ainda não haver uma decisão, compreendendo a dificuldade do Conselho de Disciplina pois não são profissionais a tempo inteiro.

Pedro Fragoso Mendes pediu a palavra para mostrar a sua perplexidade por um clube que tem o seu campo interditado por 10 jogos ter aí realizado a final da Taça Ibérica contra o VRAC, sabendo que mesmo não sendo uma competição organizada pela FPR não deixou de se jogar sobre a tutela da FPR. Mais referiu que não achou bem ver o Presidente da FPR entregar o troféu aos vencedores num campo



interdito. Concordou com a posição da FPR relativamente ao processo da Espanha e chamou a atenção para o facto de estar anunciado um torneio de Sevens com o nome "Lisboa Sevens" que é uma marca registada.

Carlos Amado da Silva pediu a palavra para esclarecer que não é um "Lisboa Sevens" mas sim um torneio de Sevens que vai decorrer em Lisboa, acrescentando ainda que tentou que o torneio se realizasse no Porto, mas que tal não foi possível. Quanto à realização da final da Taça Ibérica se ter realizado num campo interdito, referiu que não quis impedir a realização do mesmo por ser uma competição internacional e que seria desprestigiante impedir a mesma, entendendo igualmente que era uma competição privada não abrangida pela interdição.

Tito Arantes Fontes passou, de seguida, a palavra ao delegado do Benfica, Rodrigo Alves, que disse que o que está em causa relativamente ao processo que o Conselho de Disciplina ainda não despachou são os valores e os princípios do rugby e que outros clubes que estiveram em situações similares cumpriram os regulamentos.

Noel Cardoso, Presidente do Conselho de Disciplina (CD), pediu a palavra para informar que neste momento o órgão a que preside funciona somente com 4 elementos por demissão de um dos membros e que a decisão sobre o processo em causa será tomada dentro do prazo regulamentar.

De seguida, o PMAG deu a palavra a Alcino Silva (CRRC) que em várias ocasiões criticou a FPR, tendo este agora louvado o trabalho da Federação nestes tempos conturbados, nomeadamente a nível das seleções.

Miguel Teixeira pediu a palavra para que Noel Cardoso o informasse de quando termina o prazo para a tomada de decisão do CD, tendo Noel Cardoso reiterado o que tinha dito anteriormente.

Carlos Amado da Silva pediu de novo a palavra referindo que pelas conversas mantidas com o Presidente do Conselho de Disciplina esperava que a decisão fosse célere. Agradeceu as palavras de Alcino Silva e informou a AG que pretendia cooptar um novo Vice-Presidente para a Direção, porque um actual VP está a trabalhar e a viver no estrangeiro, que seria António Segurado, de Santarém, que teria como pelouro principal acompanhar as competições das divisões inferiores.

Tito Arantes Fontes esclareceu que as cooptações podem ser feitas pela Direção e ratificadas posteriormente pela AG, mas que para esse efeito têm de constar na ordem de trabalhos da AG.

ATAS

O PMAG passou de novo a palavra a Noel Cardoso, que afirmou que o CD vai tentar tomar uma decisão em tempo útil, mas que que o CD não será condicionado por questões temporais e de logística, mais esclarecendo que a decisão será tomada quando estiver devidamente elaborada.

Bernardo Marques (CDUP) pediu a palavra para dar o seu apoio à FPR sobre a decisão da World Rugby e manifestou o seu agrado pela intenção de realizar o torneio de Seves no Porto estando disponível para dar o seu contributo para que futuramente tal se venha a concretizar

Tito Arantes Fontes deu de novo a palavra ao Presidente da FPR que agradeceu a forma como decorreu a reunião, lamentando a posição do Conselho de Disciplina, pois considera que apesar da independência dos órgãos da FPR tem de haver a preservação dos interesses do Rugby nacional e que é sua obrigação tentar que as decisões tenham em consideração todas as consequências que podem ter.

Não havendo mais quem desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a assembleia pelas 21.18 horas, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.



